

Sobre outro (novo) período histórico e a urgência de se pensar outras (novas) categorias analíticas: aplicações nas dimensões urbano-regional e intraurbana.

Nathália Giassetti Ongaro

Arquiteta e urbanista mestranda, PUC Campinas, Brasil.
nathalia.go2@puc-campinas.edu.br

Reinaldo Ricarte da Silva Junior

Sociólogo mestrando, PUC Campinas, Brasil.
reinaldoricarte@gmail.com

Manoel Lemes da Silva Neto

Professor Doutor, PUC Campinas, Brasil.
manoel.lemes@puc-campinas.edu.br



RESUMO

Buscando destacar novas formas de análise e construção do espaço no período histórico que se inaugura, algumas categorias aparecem como centrais para essa pretensão analítica. Conceitos-projeto, como território usado/praticado, presentes nas produções de Ana Clara Torres Ribeiro e Milton Santos revelam-se como convergências de um projeto intelectual comum. A compreensão do espaço como o conjunto totalitário que apreende sistemas de ações e sistemas de objetos é uma das noções que norteiam a discussão. Imersos nessa conjuntura, dois eixos analíticos se destacam, materializando-se em escalas distintas, mas compartilhando das mesmas problemáticas no Estado de São Paulo. A dimensão urbano-regional, responsável por revelar as dinâmicas e organização espacial no Estado, contribui para a compreensão da instância da região enquanto agrupamento de municípios que funcionam conjuntamente, e expressam de diversas formas sua hegemonia sobre o território. A dimensão intra-urbana revela uma realidade em que é possível observar essa mesma hegemonia, mas de formas absolutamente diversas. Na análise dessas duas categorias, a desigualdade e os projetos hegemônicos que se consolidaram durante o fenômeno da globalização se fazem sempre muito explícitos, consentidos por uma naturalização social assombrosa. A partir deste panorama o objetivo do trabalho, é portanto, resgatar o diálogo interdisciplinar entre dois intelectuais centrais desse tipo de análise espacial, e permear essa teoria espacial pelas escalas do território, apropriando-se de conceitos-chave que expressam no campo teórico, as contra-racionalidades urbanas, que se multiplicam e emergem nesse novo período histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Análise espacial, organização socioespacial, território usado/praticado.

INTRODUÇÃO

A interpretação do fenômeno espacial na atualidade dá margem a mais dúvidas que certezas e dificultam a análise e a prospecção de tendências. A densidade técnica existente no território aumenta constantemente. Inumerável, a diversidade de variáveis e de fatores incluídos no estudo da organização espacial torna a própria escolha da abordagem analítica, em si, um problema.

As análises dedicadas à dinâmica de produção do mundo contemporâneo defrontam-se em um terreno movediço. Na significação espacial de Los Angeles, Edward Soja (1993) recorreu a uma figura extraída dos contos de Jorge Luis Borges, o “Aleph”. Na “Condição pós-moderna”, David Harvey (1993) propôs o conceito de “compressão do tempo-espaço”. Não raro, o ineditismo da contemporaneidade propicia abordagens justificadamente estupefatas, mas não se pode esquecer de que inovações são particularidades que emprestam à totalidade a conformação temporal presente. Essas, as particularidades presentes, geram o que Milton Santos denominou “aceleração contemporânea” (1994, p. 29-39). Procedente de acelerações anteriores, desencadeia as circunstâncias que produzem o período histórico atual, entre as quais “um arranjo deliberadamente destinado a impedir que se imponham a ideia de duração e a lógica de sucessão” (p. 30).

Nos espaços da globalização, esse arranjo teria engendrado a “psicoesfera” (SANTOS, 1996, p. 203-204) como dimensão propícia à difusão de limites artificiosos à análise crítica e, conseqüentemente, à crítica propositiva. O “pensamento único” (ARANTES, VAINER, MARICATO, 2000; SANTOS, 2000) comporta-se, assim, nesse domínio do imaginário, como sistema lógico e redutor das possibilidades de reflexão e de ação política. A coisificação dos

valores e das necessidades humanas fundamentais diminui o sentimento de liberdade individual (GRAU, 1997, p. 39).

Consequentemente, controles dessa natureza impedem que projetos hegemônicos se apresentem com nitidez, inclusive para os segmentos sociais mais instáveis.

A globalização é uma dessas criações que incentiva a manutenção da exclusão social, incrementando-a, inclusive, como consequência perversa aceitável por muitos. Decorridos mais de dois séculos, pelo menos desde Rousseau (1765), a desigualdade decorrente da distribuição imoral das riquezas permanece incólume ao passar-se, ainda nos dias de hoje, como um “mal necessário”. Mas parece que as contra-racionalidades (SANTOS, 2000, p. 110) impõem-se cada vez mais intensamente. Há movimentos insurgentes no Brasil e no mundo, inclusive ideários explicitamente direcionados à construção de resistências largamente difundidas (HESSEL, 2011).

Daí um período conflituoso em necessidades de organização. Das estruturas espaciais herdadas do passado recente às que, solidariamente ou não, correspondem ao projeto hegemônico de unificação global. O momento é de profunda transição entre formas diferentes de organização social, política e econômica, o que inclui horizontes libertários.

Historicizadas, as formas que se sucedem poderão aumentar as chances do mundo contemporâneo ser portador de simetrias socialmente justas. Há pré-condições favoráveis para se pensar nisso.

O período demográfico, ou período popular da história, surge como possibilidade que promete outro projeto de mundo possível e mais atento ao comum. A globalização não é irreversível, nem inexorável. Como outros tantos períodos históricos, o período demográfico surge em prenúncio a outros possíveis históricos que já anuncia que as ordens estarão a mando da política e não mais da economia. E esse outro mundo conduz um projeto em que “as pessoas constituiriam a principal preocupação, um verdadeiro período popular da história, já entremostrado pelas fragmentações e particularizações sensíveis em toda a parte devidas à cultura e ao território” (SANTOS, 2000, p. 119).

Nesse contexto difuso, formas alternativas de organização social, política e econômica revelam-se autônomas. E já estão postas em jogo na “dialética do mundo concreto”, no “território usado” proposto por Milton Santos (1994a; 2000).

“O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (1994a, p. 16). Fala-se, então, de território-espaço humano em sua inteireza, e não do espaço determinado pelas convergências disciplinares. A hipótese é que (1) a teoria social crítica é pré-requisito para a compreensão da organização espacial na atualidade e que (2) o território usado constitui-se categoria central de análise, especialmente na planificação espacial.

Nessa direção, o território usado pode ser abordado como importante base analítica de práticas e políticas socialmente necessárias.

A propósito, a ideia de “socialmente necessário” surge, originalmente, no trabalho de Ribeiro (2005) atrelado à noção de “mercado socialmente necessário”. Nas cidades e nas

regiões, arenas das conveniências da economia globalizada, convivem lado a lado, territorializadas, outras solidariedades das quais poderão surgir políticas capazes de não constringer particularidades ainda não hegemônicas. Isto é, socialmente necessárias.

Por hipótese, esse posicionamento metodológico abre possibilidades de se entrever outras lógicas coerentes, porém ocultadas, que convivem dialeticamente com as racionalidades da globalização. Essa abordagem é em especial importante nas políticas públicas de caráter territorial, como é o caso do planejamento urbano e regional e do urbanismo. Quando a dimensão territorial é considerada nesses processos, surgem novas proposições com a virtude de estreitar a relação indissociável entre teoria e práxis, mas sob outros nexos organizacionais.

Nessa direção, propõem-se duas abordagens. Uma apresenta a hipótese de que vivemos, desde agora, novo período histórico. Outra, razões pelas quais não há como adiar práticas socialmente necessárias como fundamento teórico-metodológico para a análise territorial e para a proposição de cenários alternativos de organização socioterritorial.

O artigo conta com os resultados preliminares de duas pesquisas que integram o grupo de pesquisa LADEUR - Laboratório de Desenho e Estratégias Urbano-Regionais. A pesquisa *“Espaços da desigualdade: competitividade e lugar na produção rural de Jundiaí”* que desenvolve esta perspectiva na dimensão urbano-regional e a pesquisa *“Do ciclista ao cicloativista: a praça do ciclista e o uso da bicicleta na cidade de São Paulo”* que relaciona estes conceitos na dimensão intraurbana.

OBJETIVOS

1. Relacionar teoricamente os conceitos de “território usado”, “mercado socialmente necessário” e “cartografia da ação social” na compreensão dos fenômenos na esfera regional e intra-urbana.
2. Desvendar nas ações dos sujeitos sociais, novas possibilidades de transformações territoriais e novos arranjos socioespaciais.
3. Subsidiar ações políticas socialmente necessárias que detenham a apropriação dos conceitos apresentados como forma de fomentar uma outra (nova) realidade a partir da esfera do planejamento urbano-regional.
4. Revelar algumas das dimensões perversas da globalização que possibilitam a manutenção da desigualdade estrutural e das disparidades entre os lugares urbanos e regionais.

METODOLOGIA

O objeto de estudo das ciências sociais não é objetivo, ele, por si só, recobre inúmeras variações e nuances, diferentes perspectivas de olhares e críticas, sendo totalmente subjetivo. A cientificidade será dada a partir de uma metodologia que encampa os diferentes aportes teóricos, esquivando-se de elementos, leis e determinações simplistas do objeto estudado. Para



compor esta perspectiva analítica recorreremos ao método Quadripolar, compostos por quatro pólos distintos (morfológico, epistemológico, teórico e técnico) (BRUYNE et al., 1977).

O polo teórico direciona as correntes de pensamento científico (positivismo, Compreensão, Funcionalismo, Estruturalismo) para a interpretação do objeto de pesquisa, desconstruindo as noções propostas pelo senso-comum, trazendo cientificidade nas construções das hipóteses que serão testadas.

O polo epistemológico terá o papel de garantir o andamento científico da pesquisa. Neste polo, os métodos discursivos científicos das ciências humanas (Dialética, Fenomenologia, Quantificação, Lógica Hipotético-dedutiva) darão suporte para a melhor transmissão dos conhecimentos científicos adquiridos.

O polo morfológico contém a formulação de quadros de análise - tipologias, tipo ideal, sistemas, modelos estruturais. Estes quadros estendem a problemática a ser analisada, pois conformes os quadros de análise revelam resultados, eles descortinam nuances, até então imperceptíveis do objeto estudos.

Já o polo técnico conta com os modos de investigação - estudos de casos, estudos comparativos, experimentações, simulações. Após a realização das atividades do polo técnico, os outros polos poderão ser confrontados, reavaliados ou repostos, pois o polo técnico é composto pelas atividades práticas da pesquisa.

Apresentada a metodologia geral do nosso grupo de pesquisa, entraremos para as metodologias específicas de cada projeto, primeiramente da dimensão urbano-regional e em seguida a dimensão intraurbana.

METODOLOGIA DO DIMENSÃO URBANO-REGIONAL

A pesquisa intitulada “Espaços da desigualdade: competitividade e lugar na produção rural de Jundiá” orientam-se pelo teste das seguintes hipóteses: (i) A produção agrícola se encontra cada vez mais diminuída em face à desindustrialização e aumento do setor de serviços no município de Jundiá, relegando essa atividade a segundo plano no rol de interesses da cidade. (ii) A produção vitivinicultora jundiáense não apresenta condições que estabeleçam competitividade relevante em relação à indústria mundial do vinho. (iii) As propriedades agrícolas e produções tradicionais do município tendem a desaparecer diante da realidade perversa que se instalou nos últimos anos, movida pelos princípios da globalização e da reestruturação produtiva.

No pólo morfológico, pretende-se sustentar a pesquisa sobre três níveis analíticos: (i) Referencial teórico metodológico, em que se pretende recuperar conceitos fundamentais, como competitividade, e elucidar processos e dinâmicas que interferem na conjuntura geral do objeto. (ii) Caracterização socioespacial, responsável por observar duas instâncias espaciais: o Estado e sua dinâmica regional desigual (por meio de pesquisa previamente desenvolvida) e o município de Jundiá a partir de dados georreferenciados e quantitativos. (iii) Contextualização da

produção agrícola jundiense, responsável por transparecer a real situação dos pequenos produtores rurais por meio de dados obtidos em fontes específicas (PAM, Censo agropecuário e RAIS), bem como a conjuntura presente nos setores de fabricação de bebidas e serviços.

Dentre as atividades previstas no pólo técnico, destaca-se o desenvolvimento dos conceitos e elementos centrais de análise (encontrados) nos textos de referência, resgate dos mapeamentos de análise regional obtidos em pesquisa anterior, resgate das bases de dados de propriedades agrícolas junto ao SICAR (Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural), resgate de variáveis voltadas para a compreensão dos setores de fabricação e comércio de bebidas e serviços em Jundiá, elaboração de estatísticas, análise espacial.

METODOLOGIA DA DIMENSÃO INTRAURBANA

A pesquisa intitulada *“Do ciclista ao cicloativista: a praça do ciclista e o uso da bicicleta na cidade de São Paulo”* orienta-se pela verificação das seguintes hipóteses de trabalho: (I) A praça do ciclista corresponde a uma manifestação particular do uso da bicicleta em São Paulo, (II) A participação dos cicloativistas institucionalizados, nas esferas públicas oficiais, foi fundamental para a melhoria da condição do ciclista na cidade, principalmente nas demandas periféricas (ciclovias nas pontes que cruzam as marginais tietê e pinheiro), mas, por outro lado, enfraqueceu a visão libertária de sua fase inicial. (III) O aumento do número dos ciclistas na cidade, tornou a bicicleta um elemento comum na paisagem urbana das áreas ricas e tecnológicas da cidade, relacionando o uso da bicicleta ao consumo e a um elevado status social.

O polo morfológico incluirá a interação entre os seguintes níveis analíticos e processos: (I) sistema viário e meio de transporte; (II) a análise da formação de lugar e a apropriação popular do espaço urbano em São Paulo; (III) O papel do cicloativismo paulistano na elaboração das políticas públicas na cidade de São Paulo.

Já o polo técnico (BRUYNE et. al., 1977) engloba os seguintes procedimentos: entrevista com cicloativistas para resgatar a memória oral da praça; coleta de informações em redes sociais (facebook, twitter) sobre eventos políticos na praça; reunir matérias jornalísticas e textos das mídias alternativas sobre o cicloativismo; estudos das políticas de mobilidade da cidade de São Paulo; análise de dados quantitativos sobre mobilidade urbana (pesquisa origem destino do metrô de São Paulo, Pesquisa da ONG Nossa São Paulo, Dados do Detran-SP); catalogar as políticas de alargamento de lugares para lazer e convivência na cidade nos anos 2000; distinção dos lugares de cunho político na Avenida Paulista.

RESULTADOS

DIMENSÃO URBANO-REGIONAL

A dimensão regional nessa análise auxilia na compreensão do espaço como construção a nível estadual. Mais que o território do Estado, lugares que integram regiões específicas são privilegiados em relação a outros, que permanecem inertes, ou ainda, dependentes desses lugares hegemônicos. Ainda que seja possível uma regionalização fragmentada do Estado, uma grande região se destaca. Da Baixada Santista a Ribeirão Preto, fica clara a existência de um fenômeno espacial responsável por desenvolver essa região mais do que outras. E mesmo dentro dela há uma hierarquia espacial complexa. A região São Paulo-Campinas, embora não esteja institucionalizada, se comporta como uma unidade, ainda que composta por sub-regiões mais ou menos desenvolvidas.

O espaço é heterogêneo por natureza, é isso que permite a existência dos lugares. Mas a questão central se coloca na relação de dependência absoluta das regiões “opacas” em relação às regiões “iluminadas” (SANTOS, 1997). Milton Santos se apropria desses termos para designar os lugares providos e desprovidos dos equipamentos e sistemas espaciais. Enquanto os lugares iluminados são dos lugares da técnica, infraestrutura, fluidez, emprego e oportunidades de desenvolvimento, os lugares opacos são aqueles que estão à margem dessa realidade, à margem do projeto hegemônico. Esse projeto - o que se instalou por todos os aspectos da vida urbana - , é o responsável por dar voz a determinados agentes em detrimento de outros.

Aqui entra a discussão território-mercado, a presença seletiva do Estado, a manutenção da desigualdade urbana estrutural. Esses são apenas alguns agentes/fenômenos que possuem potência suficiente para organizar o espaço. O agente mercado, um dos que detém o maior poder de barganha nessa luta entre atores urbanos, é o responsável por orquestrar projetos hegemônicos, definindo os lugares da acumulação do capital. Grande parte das vezes, essas localizações são cruciais para compreender a causa e consequência da desigualdade no tecido urbano (VILLAÇA, 2011).

A combinação dessa conjuntura regional perversa que preconiza os interesses do mercado e das elites na atividade de construção do espaço, e da iminência do chamado período demográfico ou popular da história, teorizado por Milton Santos, fará com que a planificação seja cada vez mais necessária como instrumento de regulação do espaço, e de conquista de direitos urbanos. É nessa perspectiva que se faz urgente a instituição de novas categorias de análise que reúnam e concretizem no espaço, interesses populares, de todos.

A implementação dessas novas categorias de análise espacial depende da apropriação concreta de conceitos que priorizam a ação social, as insurgências territoriais de baixo para cima e até mesmo as teorias do desenvolvimento endógeno (STÖHR, 1981). Ana Clara Torres Ribeiro e Milton Santos obtiveram um enorme êxito na perspectiva da análise do espaço e da incorporação da sociedade que o preenche, apresentando convergências em seus pensamentos. A potência dos conceitos de território usado em Milton Santos, e praticado, em Ana Clara são inquestionáveis na perspectiva da construção de novos (e necessários) paradigmas. O interesse está em vincular a construção do espaço às necessidades do território, em especial da população que está à margem das discussões do planejamento.



Na iminência da inauguração de um novo período histórico, o período demográfico ou popular (de todos), teorizado por Milton Santos, insistir no planejamento abstrato, que desconhece o território concreto, que se dobra aos interesses privados e relega uma imensa porção de responsabilidade pública à população mais pobre é algo que não possuirá mais condições de se sustentar. O atual modelo de acumulação capitalista também sofrerá impactos, e as reações dos detentores do poder certamente não serão poucas nem brandas.

Nesse contexto de embates, a dimensão regional do planejamento adquire grande relevância. Principalmente na perspectiva dos planos integrados/estratégicos, aqueles fundados num pensamento concreto de união entre municípios visando materializar um plano que fomenta a capacidade de resistência dos lugares. De todos os lugares. É nessa hipótese que se encontra a força do planejamento na macro escala estadual.

DIMENSÃO INTRAURBANA

A globalização e a mundialização econômica acirraram as diferenças sociais nas grandes cidades, principalmente nas metrópoles latino-americanas, com um modelo de gestão política que identifica na cidade um produto à ser vendido, mas, por outro lado, os novos e velhos movimentos sociais enfrentam essas mudanças, questionando e criando barreiras às reformas neoliberais, alçando às racionalidades alternativas ao patamar de possibilidade política.

Para além dos movimentos organizados, tendemos a elucidar o modo vida do *"homem lento"*, aquele indivíduo que sobrevive a escassez (econômica, política e social) com criatividade e com quase nenhuma benesse estatal. Este indivíduo circula nas franjas da cidade formal, muitas vezes retomando os significados ancestrais dos espaços públicos, das vivências culturais e dos valores não-hegemônicos da atualidade global.

Estes dois sujeitos sociais, os movimentos sociais e o *"homem lento"*, anunciam uma possibilidade histórica de outros futuros na dimensão intraurbana, outras temporalidades e sentidos simbólicos conflitante do território. São estes sujeitos que rompem com as tendências normativas, e os padrões comportamentais impostos, dando vida aos *"locais"*, antes subordinados às lógicas de instâncias superiores (governos, corporações, firmas), e formando os *"lugares"*, espaço das experiências eventuais, carregados de sentidos práticos, totalmente integrados à vida cotidiana.

Esta perspectiva está sendo desenvolvida na pesquisa *"Do Ciclista ao Cicloativista: A praça do ciclista e o uso da bicicleta em São Paulo"*, com o estudo da relação entre os cicloativistas (ativistas em defesa do uso da bicicleta) e os ciclistas tradicionais. O ciclista tradicional paulistano é, segundo pesquisa de mobilidade do metrô 2012, morador da periferia da cidade, de baixa renda e utiliza a bicicleta como o meio de transporte mais econômico. Já os cicloativistas são moradores do centro expandido da cidade, de classe média e mais escolarizados, podendo utilizar-se de outros modais de transporte, optam voluntariamente por

usar a bicicleta. Antes das implementações da rede cicloviária na cidade, estes dois tipos de ciclistas formaram o cenário da bicicleta em São Paulo.

Utilizamos o método de análise da “cartografia da ação social”, admitindo os vínculos entre os sujeitos sociais, a conjuntura e os lugares. Os ciclistas tradicionais, aproximado metodologicamente à noção de “homem lento”, desenvolveram uma série de estratégias para sobreviver ao agressivo trânsito paulistano, são indivíduos invisibilizados perante as políticas públicas na cidade. O ato de pedalar em São Paulo oferece riscos de morte para quaisquer ciclistas, tanto os tradicionais quanto para os cicloativistas de classe média, e este risco os une, formando um bloco de solidariedade e reconhecimento mútuo (ZUGE JUNIOR, 2015).

Esta solidariedade materializa-se na formação de um lugar, ponto de encontro dos cicloativistas, no canteiro central nas esquinas da Avenida Paulista e a Rua da Consolação, batizada de “*praça do ciclista*”. Ao longo do processo de ocupação popular deste espaço, ela foi ganhando importância e representatividade nas lutas anti-hegemônicas da sociedade (Movimento do Passe-Livre, Ocupa Sampa, atos feministas, atos LGBTQI+, etc.).

Por outro lado, como nos ensina Milton Santos, “*Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente*” (SANTOS, 1996), o ativismo das bicicletas também abriu uma possibilidade de inserir o uso da bicicleta ao modelo de desenvolvimento hegemônico global, pois fora acrescentado à sua prática elementos exteriores ao uso cotidiano do ciclista tradicional, como aponta o artigo de Pereira e Prates (2017). Os autores analisando a campanha da Ciclocidade (Associação dos Ciclistas Urbanos da Cidade de São Paulo) “*Bicicleta faz bem ao comércio*”, campanha que tinha como objetivo apresentar aos comerciantes as vantagens comerciais das ciclovias e vincular os ciclistas urbanos a um bom consumidor, identificaram um discurso totalmente integrado ao modelo liberal-capitalista. (PEREIRA, PRATES, 2017).

Nesta perspectiva analítica, com a dualidade dos agentes apresentada acima, apontamos que a cidade e as ações sociais não são apenas um elemento puramente econômico, de acumulação e distribuição de capital. A valorização da perspectiva economicista em detrimento às outras ações humanas, tendem a encolher o grau de compreensão do fenômeno e limitar as possibilidades de transformações territoriais concretas.

Portanto o “território usado” caracteriza a cidade como realização do trabalho socialmente realizado, das diversas ações sociais (hegemônicas e contra hegemônicas), da imersão e reflexividade crítica dos modos de vida, das emergências culturais e das consolidações dos lugares.

CONCLUSÕES

Os projetos hegemônicos se alastram pelo território paulista apoiados na lógica de uma globalização excludente e cada vez mais alimentada pelos agentes dominantes da sociedade. Essa conjuntura levou a desigualdade a patamares elevadíssimos, e a revolução, com sorte, está

às portas, acompanhada da inauguração de um novo período histórico. O período demográfico ou popular (de todos) o qual já muito se discutiu a partir da teoria de Milton Santos, se coloca como sequência temporal inevitável para a conquista de direitos historicamente negados, especialmente à população pobre. A classe média, como reflexo mutilado de uma elite individualista, patrimonialista e imoral, se coloca hoje como estimuladora e reprodutora dessa conjuntura perversa, uma vez que deseja a vida urbana privilegiada, desprovida de direitos fundamentais.

A desigualdade estrutural construída desde a época da colonização, reiterada durante a abolição e consentida pelas classes altas e média se manifesta no espaço como reflexo de um estado que não se sustenta enquanto princípio, e um mercado absolutamente presente e organizador do território. A dimensão espacial, é portanto um campo fértil para essa análise conjuntural, e que fornece importantes pistas sobre os mecanismos e articulações dessa realidade. Nessa perspectiva, sugere-se analisar o espaço paulista em dois níveis: o urbano-regional e o intraurbano.

Em ambos é possível enxergar os reflexos dessa conjuntura, e o que se propõe, afinal, é que novas categorias de análise e planificação sejam adotadas, uma vez que esse modo de vida “contemporâneo” não contempla perspectivas humanitárias e civilizatórias. Os processos de acumulação se intensificam dia após dia, e a massa empobrecida da qual falamos nunca ocupou de fato o topo das preocupações e interesses do Estado.

Hoje a pandemia da covid-19 escancara este arranjo perverso. Segundo pesquisa realizada pelo LabCidade (Laboratório de Espaço Público e Direito à Cidade) na Universidade de São Paulo, a grande maioria das vítimas da doença, na cidade de São Paulo, são os moradores da periferia. Vítimas da segregação socioespacial, estas pessoas sofrem com a impossibilidade de distanciamento social e com a utilização de transportes públicos superlotados para a locomoção ao trabalho. Por outro lado, iniciativas populares e solidárias de combate à pandemia se apresentam nos grupos sociais mais desfavorecidos.

Portanto, os pensamentos de Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro apresentam-se como uma base sólida e coerente para vislumbrar uma nova (outra) realidade, e nos fornece a possibilidade de compreender um outro (novo) mundo, que se sustenta a partir de valores cívicos manifestados no espaço da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otília et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRUYNE, P., HERMAN, J., & SCHOUTHEETE, M. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1977

Circulação para trabalho explica concentração de casos de Covid-19. **Labcidade**. São Paulo, 30 de Jun de 2020. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/circulacao-para-trabalho-inclusive-servicos-essenciais-explica-concentracao-de-casos-de-covid-19/>> Acessado em: 1 de nov de 2020

GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica*. 3 ed., São Paulo: 1997, Malheiros.

HARVEY, Darvey. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

PEREIRA, Heloisa Prates; PRATES, Vinicius. O sujeito de bicicleta: considerações sobre o discurso cicloativista na São Paulo dos carros. *Galaxia* (São Paulo, online), ISSN 1982- 140 2553, n. 34, jan-abr., 2017, p. 112-124. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-255420172870>

Pesquisa de Mobilidade da região metropolitana de São Paulo 2012. Disponível em: <http://www.metro.sp.gov.br/metro/arquivos/mobilidade-2012/relatorio-sintese-pesquisa-mobilidade-2012.pdf>. Acesso em: 15 abr.2020.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 3 ed. São Paulo:HUCITEC, 1997.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 4. ed., Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

STHÖR, W. B. *Desarrollo desde abajo: el paradigma de desarrollo de abajo hacia arriba, y de la periferia hacia adentro*. Santiago de Chile: Ilpes, 1981.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. *Cadernos do IPPUR*, ano XV, n.2 e ano XVI, n.1, 2002.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, Catia Antonia da et al. *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimeds Edições, 2005, p. 93-111.

VILLAÇA, F. São Paulo: Segregação Urbana e Desigualdade. *Estudos Avançados* 25 (71), 2011.

ZUGE JUNIOR, Odir. *Cicloativismo Paulistano: Uma investigação Jurídico-Fenomenológica*. Tese (doutorado - programa de Pós-Graduação em Filosofia e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-08122015-103751/pt-br.php>